

RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS ENTRE A CHINA E O CONTINENTE AFRICANO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA¹

Beto Infante²

RESUMO

O artigo discute as relações econômicas e comerciais entre a China e a Guiné-Bissau. As relações entre os dois países iniciaram desde década de 1960 quando o país africano começou a luta armada para sua independência contra o colonialismo português, e a China contribuiu com armamentos para expulsão dos portugueses. Depois da independência deste país em 1973, as relações tomaram outro rumo, esta vez, para as econômicas e comerciais para o desenvolvimento. O objetivo geral da pesquisa é: analisar em perspectiva histórica algumas das relações econômicas e comerciais estabelecidas entre a China e o continente africano de maneira geral e de maneira específica com a Guiné-Bissau entre os anos de 2000 a 2019. Os objetivos específicos são: a) apresentar algumas contribuições teóricas sobre a teoria do sistema-mundo para entender a própria relação da China com o continente africano, b) descrever alguns aspectos importantes em perspectiva história das relações políticas, econômicas entre China e o continente Africano e c) abordar sobre as relações bilaterais entre a China e Guiné-Bissau, especificamente na área de infraestrutura. Para execução da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, que, por sua vez, implica: revisão bibliográfica, coleta e análise de dados primários e secundários, uso da internet, entre outras fontes. A pesquisa mostra que as relações mantidas entre a Guiné-Bissau e a China têm se ampliado e ganhado dinâmicas importantes para o desenvolvimento do país africano principalmente na área de infraestrutura e a China em troca, explora matérias primas e pesqueira.

Palavras-chaves: Relações internacionais. África - Desenvolvimento. China - Relações econômicas exteriores. Guiné-Bissau - Relações econômicas exteriores.

ABSTRACT

The article discusses the economic and trade relations between China and Guinea-Bissau. Relations between the two countries began since the 1960s when the African country began an armed struggle for independence against Portuguese colonialism, and China contributed with armaments to expel the Portuguese. After the independence of this country in 1973, relations took another turn, this time, towards economic and commercial development. The general objective of the research is: to analyze in historical perspective some of the economic and trade relations established between China and the African continent in general and in a specific way with Guinea-Bissau between 2000 and 2019. The specific objectives are: a) to present some theoretical contributions on the world-system theory to understand China's own relationship with the African continent, b) to describe some important aspects regarding the history of political, economic relations between China and the African continent and c) addressing bilateral relations between China and Guinea-Bissau, specifically in the area of infrastructure. To carry out the research, the qualitative method was used, which, in turn, implies: bibliographic review, collection and analysis of primary and secondary data, use of the internet, among other sources. The research shows that the relations maintained between Guinea-Bissau and China have been expanding and gaining important dynamics for the development of the African country mainly in the area of infrastructure and China in return, explores raw materials and fisheries.

Keywords: Africa - Development. China - Foreign economic relations. Guinea Bissau - Foreign economic relations. International relations.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pelo Instituto de Humanidades e Letras dos Malês - IHLM, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China é uma amiga de longo tempo do continente africano, a amizade que iniciou a partir de apoio bélico e militar entre os anos 1950 e 1960 que o país asiático dava aos movimentos independentistas no continente africano. Em 1955, com a realização da conferência de Bandung pelo movimento intitulado terceiro-mundista, as relações entre a China e as lideranças africanas ficaram mais próximas ainda. O gigante asiático expandiu a sua relação de amizade com várias nações e as lideranças políticas do continente africano. Como ensinam Ouriques e Liu (2012), após a Revolução Chinesa em 1949, o gigante asiático aprofundou os laços com o continente africano. Naquele momento, o interesse da China, foi exportar a revolução através de alianças com os movimentos de libertação nacional da África. Durante o processo de luta da libertação do continente africano contra imperialismo europeu, o Pequim por seu lado contribuiu com apoio militar e apoio humanitário.

Em dezembro de 1953, dois anos antes da conferência de Bandung, a China através do seu primeiro ministro e ministro do exterior, Zhou Enlai estabeleceu os princípios norteadores da sua política externa que M'bunde (2018) resume em: 1-respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2-não agressão mútua; 3-não ingerência nos assuntos internos dos países; 4-igualdade e vantagens recíprocas e 5- a coexistência pacífica.

Algumas décadas depois as relações entre a China e África vem se transformando e motivado por essas transformações, este artigo se propõe responder à seguinte pergunta: como tem sido as relações econômicas e comerciais estabelecidas entre a China e o continente africano de maneira geral e de maneira específica com a Guiné-Bissau entre 2000 e 2019. A hipótese corresponde à afirmação de que as relações econômicas com a China têm contribuído de forma positiva para o avanço do desenvolvimento econômico da República da Guiné-Bissau, principalmente na área de infraestrutura. Porém não se pode deixar de lado, olhar para os interesses da China na expansão da sua política externa e nas matérias primas desse país africano lusófono, neste caso específico, a exploração de madeira e peixe. No âmbito político, a China a cada dia tenta fortalecer a sua relação com os países africanos em especial a Guiné-Bissau para refrear a busca de Taiwan por maior espaço no cenário internacional.

A pesquisa assume como pesquisa bibliográfica, sendo explicativa, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através de principalmente do levantamento bibliográfico. Por ser um tipo de

pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).

O artigo divide-se em cinco partes: a primeira parte introduz o trabalho ao leitor, resumindo o contexto da pesquisa, o objeto, o problema, a justificativa, os objetivos, a hipótese e a metodologia utilizada; a segunda parte apresenta algumas contribuições teóricas sobre a teoria do sistema-mundo para entender a própria relação da China com o continente africano; a terceira parte descreve aspectos importantes da história das relações políticas e econômicas entre China e o continente Africano; a quarta parte aborda sobre as relações bilaterais entre a China e Guiné-Bissau, sua relação econômica e projetos de infraestrutura e por fim, a quinta parte traz considerações finais do autor.

2 O SISTEMA-MUNDO PARA ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE A CHINA E A ÁFRICA

A teoria do sistema-mundo considera que existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que as dos Estados-nações e que tem como objetivo revelar ou denunciar as estruturas capitalistas veladas que são muito poderosas (BERNARDINO-COSTA et. al, 2018).

Como nos assegura Costa Júnior (2019), o conceito de sistema-mundo moderno pode ser sintetizado conforme Wallerstein (2002, p. 67-68), em 10 premissas gerais:

Quadro 1 - As 10 premissas gerais do conceito do Sistema-Mundo

As 10 premissas gerais do conceito do Sistema-Mundo	
1	O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista, significa que é governado pelo ímpeto de acumulação incessante de capital.
2	Esse sistema nasceu ao longo do século XVI, e sua divisão original do trabalho incluía, no interior de suas fronteiras, grande parte da Europa (mas não os impérios russo e otomano) e partes das Américas.
3	Esse mesmo sistema se expandiu ao longo de dois séculos, incorporando sucessivamente outras partes do mundo em sua divisão do trabalho.

4	A Ásia Oriental foi a última região ampla a ser incorporada, o que só ocorreu em meados do século XIX, após o sistema-mundo adquirir uma extensão verdadeiramente mundial, sendo o primeiro sistema-mundo a integrar todo o globo.
5	O sistema-mundo capitalista é constituído por uma economia mundial dominada por relações núcleo-periféricas e uma estrutura política formada por Estados soberanos dentro da estrutura que conforma um sistema interestatal.
6	As contradições fundamentais do sistema capitalista se expressam no bojo do processo sistêmico por meio de uma série de ritmos cíclicos, os quais têm servido para conter essas contradições
7	Os dois ciclos rítmicos mais importantes foram os ciclos de 50/60 anos de Kondratieff, em que as fontes primárias de lucro se alternam entre a esfera da produção e a esfera financeira, e os ciclos hegemônicos de 100/150 anos, que constem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle.
8	Os ritmos cíclicos resultaram em deslocamentos geográficos lentos, mas significativos, no lócus de acumulação e poder, sem, entretanto, mudar as relações fundamentais de desigualdade no interior do sistema.
9	Tais ciclos nunca foram perfeitamente simétricos; em vez disso, cada novo ciclo levou a cabo deslocamentos pequenos, mas expressivos, nas direções particulares que constituíram as tendências seculares do sistema.
10	O sistema-mundo moderno, como todos os sistemas, é finito em duração e terminará quando as flutuações das suas tendências seculares se tornarem suficientemente amplas e erráticas, quando não houver a possibilidade de garantia da viabilidade renovada das instituições do sistema. Quando esse ponto for atingido, ocorrerá a bifurcação e o sistema será substituído por outro, ou vários outros, por meio de um período (caótico) de transição.

Fonte: Costa Júnior (2019) com base em Wallerstein (2002, p. 67-68).

Conforme Silva et. al. (2006) o sistema-mundo iniciado em 1492 serviu como estrutura importante no que diz respeito a centralidade geopolítica à Europa e é marcado pela colonialidade. Os autores deixam claro que, o sistema-mundo capitalista desempenhou um papel importantíssimo em colocar o ocidente no centro das decisões da política econômica

mundial, ou seja, graças a este sistema, o ocidente conseguiu ter o monopólio do mercado mundial, criando políticas econômicas através do Banco Mundial e FMI para o resto do mundo, principalmente as antigas colônias, a África, a Ásia e as Américas. Segundo Costa Júnior (2019), as Províncias Unidas, a Inglaterra e os Estados Unidos são principais contribuintes que mantem o sistema capitalista contra o colapso global.

Conforme explicado precedentemente, vale ressaltar que a melhor compreensão das complexidades sociais, exige uma análise além duma visão tradicional que se concentra nos Estado, nação e sociedade. Conforme Rojas (2004), o sistema-mundo traz uma nova perspectiva de análise de que existe realmente uma dinâmica global do sistema-mundo, dinâmica que, se for ignorado na análise irá comprometer a explicação dos reais problemas existentes.

No final do século XV e início do século XVI, surgiu o que podemos chamar de economia mundial europeia. Não era um império, mas era tão espaçoso quanto um grande império e compartilhava algumas características com ele. Mas era diferente e novo. Era um tipo de sistema social que o mundo realmente não conhecia antes e que é a característica distintiva do sistema mundial moderno. É uma entidade econômica, mas não política, ao contrário de impérios, cidades-estados e nações. De fato, ele abrange precisamente dentro de seus limites (é difícil falar de limites) impérios, cidades-estados e os "estados-nações" emergentes. É um sistema de "mundo", não porque abrange o mundo inteiro, mas porque é maior do que qualquer unidade política definida juridicamente. E é uma "economia mundial" porque o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, embora isso tenha sido reforçado, em certa medida, por vínculos culturais e, eventualmente, como veremos, por arranjos políticos e por estruturas estruturais federais, (WALLERSTEIN, 2011, p. 15)³. (tradução nossa).

Na mesma linha do pensamento, Wallerstein,

Para descrever as origens e o funcionamento inicial de um sistema mundial, tive que argumentar uma certa concepção de sistema mundial. Um sistema mundial é um sistema social, que possui limites, estruturas, grupos de membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida é composta de forças conflitantes que a mantém unida pela tensão, e a separam à medida que cada grupo busca eternamente revendê-la em vantagem. Tem as características de um organismo, na medida em que dura uma vida útil cujas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Pode-se definir suas estruturas como sendo em momentos diferentes fortes ou fracas em termos da lógica interna de seu funcionamento, (WALLERSTEIN, 2011, p. 347)⁴.(tradução nossa).

3 "In the late fifteenth and early sixteenth century, there came into existence what we may call a European world-economy. It was not an empire yet it was as spacious as a grand empire and shared some features with it. But it was different, and new. It was a kind of social system the world has not really known before and which is the distinctive feature of the modern world-system. It is an economic but not a political entity, unlike empires, city-states and nation-states. In fact, it precisely encompasses within its bounds (it is hard to speak of boundaries) empires, city-states, and the emerging "nation-states." It is a "world" system, not because it encompasses the whole world, but because it is larger than any juridically defined political unit. And it is a "world-economy" because the basic linkage between the parts of the system is economic, although this was reinforced to some extent by cultural links and eventually, as we shall see, by political arrangements and even confederal structures". (WALLERSTEIN, 2011, p.15).

4 "In order to describe the origins and initial workings of a world system, I have had to argue a certain conception of a world-system. A world

Na citação acima, o Immanuel Wallerstein deixa claro que o sistema-Mundo é um sistema econômico e não político, com estruturas que ultrapassam as fronteiras de Estados-nações, tendo suas próprias regras que o legitimam no mercado mundial. Também é de extrema importância ressaltar que segundo Wallerstein, não se deve ignorar as estruturas do sistema-mundo quando se faz uma análise das problemáticas sociais.

Fica evidente, diante dessas informações que o sistema-mundo capitalista veio de uma longa tradição suportada pelo ocidente. A maneira como opera o sistema-mundo, percebe-se que cria uma divisão desigual no sistema econômico mundial, onde os países desenvolvidos ou centro controlam o poder econômico mundial e os países em desenvolvimento ou periféricos estão totalmente excluídos das grandes decisões econômicas mundiais. Neste sentido, segundo Martins (2015, p.100), ‘aspectos econômicos, políticos e culturais são importantes para caracterizar e definir se um país faz parte do centro, semiperiferia ou periferia’. Para melhor entender esta caracterização e definição se o país faz parte do centro, semiperiferia ou da periferia do sistema-mundo, o autor elaborou o quadro explicativo abaixo, baseando na obra de Immanuel Wallerstein.

Quadro 2 - Aspectos definidores do Sistema-Mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnologia; produtor e exportador de tecnologia, mão de obra especializada.	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras.

system is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence. Its life is made up of conflicting forces, which hold it together by tension, and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has a life span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong or weak in terms of the internal logic of its functioning”. (WALLERSTEIN, 2011, p. 347).

Semi-Periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada.	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa.	Possuem identidade cultural e nacional média.
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada.	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa.	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnicas ou religiosa.

Fonte: Martins (2015, p.100).

Com o quadro acima, nos facilita identificar que posição hoje ocupa a China no sistema-mundo. Como é sabido, há muitos autores que têm usado o sistema-mundo para analisar a economia mundial, mas esses alguns se focaram mais em analisar o domínio dos países ocidentais ao resto do mundo, subestimando completamente o poder econômico e militar do gigante asiático. Como nos ensina Lopes (2013, p.12):

A visão tradicional de interdependência vertical (Norte-Sul) que configura a relação da China com as potências ocidentais está se alterando. Nos dias de hoje, a importância dada a China nas questões de segurança e economia global permite que o país assuma a posição de potência global e não mais potência emergente. A China, portanto, comporta-se dentro da estrutura hierárquica do Moderno Sistema Mundial como centro capitalista.

Portanto, percebe-se que a China não pode mais ser definida ou considerada como semiperiferia do sistema-mundo, mas sim, como centro. Nesta lógica, a relação sino-africana e em particular sino-guineense (minérios por infraestruturas) é uma relação de dependência, ou melhor, é uma relação de centro-periferia. A relação de dependência mantida entre centro-periferia segundo Lopes (2013, p. 13), tais particularidades são observadas, especificamente, na relação estabelecida entre a China e a África. O continente africano caracteriza-se pela concentração da oferta, sobretudo, de recursos naturais (como o petróleo) disponíveis à exploração das companhias chinesas e fundamentais ao desenvolvimento econômico da China.

3 RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE CHINA E ÁFRICA

A China, segunda economia mundial⁵ atrás dos Estados Unidos da América, hoje é umas das principais parceiras do continente Africano para o desenvolvimento econômico. Como explicado logo na introdução, o país asiático estabeleceu a sua relação com o antigo continente, a partir de décadas de 1950 e 1960. A China diferentemente dos países europeus que desde o século XV chegaram neste continente com um projeto imperialista que não olhava para os africanos como os sujeitos capazes de pensar por si mesmos, isso levou a criação dum vínculo entre superior e inferior e a África passava a ser apenas olhada como um simples espaço de exploração de riquezas e de seres humanos.

Segundo Sithara Fernando (2007), entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964, uma delegação da China liderada pelo premiê Zhou Enlai visitou a República Árabe Unida, Marrocos, Argélia, Sudão, Guiné, Gana, Mali, Somália, Tunísia e Etiópia. Durante a turnê do líder chinês, o Premier Zhou Enlai enunciou os Oito Princípios da Ajuda Econômica da China que são explicados na tabela seguinte.

Quadro 3 - Oito princípios da ajuda econômica da China

1	O governo chinês fornece ajuda com base no princípio da igualdade e benefício mútuo. A China nunca considerou a ajuda chinesa uma concessão unilateral, mas uma ajuda mútua;
2	O governo chinês respeita estritamente a soberania dos países de recipiente e fornece ajuda sem restrições e sem reivindicação de privilégio;
3	O governo chinês fornece ajuda através de empréstimos sem juros ou empréstimos com juros baixos e os países do recipiente podem estender o prazo e reduzir a carga econômica dos países beneficiários quanto possível;
4	O objetivo da ajuda da China é ajudar os países participantes no caminho do desenvolvimento sustentável e independente;
5	Os projetos de construção devem ter menos investimento e efeito rápido, para que os países recipientes aumentem a renda e acumulem recursos;
6	O governo chinês fornece os melhores equipamentos e bens produzidos pela China e faz o preço negociado com base no preço do mercado internacional. Se eles não estiverem de acordo com as especificações e qualidades, a substituição será garantida;
7	O governo chinês garante que o pessoal dos países terceiros em recipientes possa dominar

⁵ Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$). **Fonte:** FUNAG apud FMI: EUA: 22.48 tri.; China: 16.15 tri.; Japão: 4.93 tri.; Alemanha: 4.10 tri.; Reino Unido: 3.73 tri.; França: 3.01 tri.

	totalmente as técnicas quando o governo chinês prestou qualquer assistência técnica.
8	Os especialistas chineses enviados pelo governo chinês desfrutaram dos mesmos benefícios materiais dos especialistas dos países de recipientes e não podem ser prejudicados por ter demanda e tratamento especiais.

Fonte: Zhu Zhenming (2009, p. 71-72).

Neste quadro percebe-se que a política chinesa para África é orientada por princípios de *softpower* respeitando os parceiros e suas soberanias o que fez a China conquistar muitos votos dos líderes africanos. Contudo, há movimentos civis africanos que criticam a forma de atuação da china no continente, como afirmam Hanauer e Morris no artigo publicado em 2014 no *RAND Corporation*:

Sindicatos, grupos da sociedade civil e outros segmentos da sociedade africana criticam as empresas chinesas por suas más condições de trabalho, práticas ambientais insustentáveis e deslocamento de empregos. [...] Para eles, a China perpetua uma relação neoclonial em que a África exporta matérias-primas para a China em troca de produtos manufaturados.

No que diz respeito à procura dos líderes africanos ao gigante asiático, conforme explica Sithara Fernando (2007, p. 363):

Em abril de 1955, o primeiro-ministro Zhou Enlai recebeu o presidente do Egito Gamal Abdel Nasser no aeroporto de Rangoon, na Birmânia, a caminho da Primeira Conferência Ásia-África em Bandung, na Indonésia. O primeiro-ministro Zhou e o presidente Nasser realizaram duas reuniões em Rangoon. Os discursos do primeiro-ministro Zhou na Primeira Conferência Ásia-África se referiram às lutas pela independência na Argélia, Marrocos e Tunísia, o esforço do Egito para restaurar a soberania sobre a Zona do Canal de Suez e a discriminação racial na África do Sul. Em maio de 1955, o ministro egípcio das Fundações Religiosas, Sheikh Ahmed Hassan El Baqouvi, visitou a China. Agosto de 1955 uma delegação comercial do Egito, liderada pelo Ministro do Comércio e Indústria Mohammed Abu Nosseir, visitou a China e assinou um Acordo Comercial de três anos. Fevereiro de 1956 uma delegação cultural da China visitou o Egito.

Percebe-se, portanto, que as relações mantidas entre a China e o continente africano desde sempre foram guiadas pelas questões políticas-ideológicas e econômicas e que ambos os lados se interessaram em manter estas relações. Contudo, as relações políticas-ideológicas eram mais fortes entre décadas de 1950 e 1960 quando os países africanos lutavam para suas independências. Com as independências conseguidas no final da década de 1960 e início de 1970, as relações econômicas e comerciais ficaram mais fortes.

As primeiras três décadas da política externa chinesa para o continente africano ou

melhor, das relações sino-africanas (1949-1978), como explicado na primeira parte do trabalho, não se caracterizam somente na ajuda política e ideológica, mas sim, tiveram cooperações em outras áreas, desde infraestruturas, finanças, agricultura e saúde. Segundo M´bunde (2018), em 1963, o valor total de apoio econômico chinês ao continente africano era de 50 milhões de libras esterlinas que hoje corresponderia a um pouco mais de 78 milhões de dólares americanos.

Como já foi mencionado acima, a China construiu uma relação de solidariedade com o continente Africano apoiando os líderes das independências na expulsão do sistema imperialista europeu, ou melhor, nesse período, o país asiático com a Revolução Comunista em 1949 e a Declaração da República em 1979, manteve uma relação política e ideológica que tinha como o objetivo principal, interromper o projeto europeu.

De todos os países colonizadores europeus, Portugal foi o primeiro a chegar e o último a deixar suas ex-colônias somente na década de 1970 (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola). Vale ressaltar que na década de 1960 quase todos os países africanos se emanciparam do sistema colonial ficando apenas as cinco ex-colônias portuguesas. Estas últimas conseguiram suas independências através duma luta Armada sangrenta que durou um pouco mais duma década.

Sublinha-se que a China independentemente da sua solidariedade de mais de 60 anos, o continente africano foi e ainda é uma região estratégica de grande importância para inserção internacional chinesa, seja em relação à dimensão política, seja no que diz respeito à perspectiva econômica (M´BUNDE,2018). Portanto, percebe-se que a potência asiática reserva na sua agenda da política externa, um lugar de extrema importância ao continente africano.

A China, apesar de ser interpretada hoje como um país emergente, já tinha no seu passado distante (quando era império), a experiência de Relações Internacionais, mas de forma diferente do Ocidente. Há dois mil anos, a China era uma hegemonia, dominava os seus vizinhos e aplicava as leis para eles acatarem, apesar desse processo não saiu fora do continente asiático, a China teve a experiência de relações internacionais, muito antes do Ocidente. Como nos ensina a seguinte citação:

E válido lembrar que a concepção do Estado chinês se deu muito antes e de forma diferente do que no Ocidente. Desse modo, o país asiático desenvolveu de maneira muito particular a ideia de relações internacionais, que por mais de dois milênios pôs o país como centro de uma ordem internacional, ou *Zhongguo*, que significa “império do meio”, ou “império do centro”, e o imperador como “Olho do céu”. Colocava, assim, a China numa posição de superioridade em relação aos seus vizinhos (BARBOSA, M. P. et al. 2016, p. 65).

Com esta citação, percebe-se que o discurso que se faz da China como um emergente, ele deve talvez ser repensado, ou melhor, retratado, tendo em conta a experiência que este país asiático teve no seu passado.

É importante também se ressalta que a China, apesar ter uma boa experiência de relações internacionais no passado antes do Ocidente, ela também sofreu com a opressão e colonialismo do Ocidente depois da queda da sua hegemonia por parte da Inglaterra. E este fator, fez com que a China, no seu discurso, se considera como país em via do desenvolvimento fazendo parte do movimento terceiro-mundista, o termo que surgiu a partir da década de 50 e fortalecido na Conferência de Bandung⁶ na Indonésia em 1955.

A Conferência de Bandung com a liderança da China veio como alternativa para ajudar os países periféricos sair da dependência do sistema capitalista liderado pelo ocidente em especialmente Estados Unidos. Estes países saturados com as políticas capitalistas, o que Immanuel Wallerstein (2006) chamou de “sistema-mundo” ou “economia mundo”, optaram por criar relações com a China. O país asiático com grande interesse em matérias primas no continente africano aproveitou fazer um contrato de longo prazo com países africanos como forma de manter sua segurança energética.

A estratégia perseguida pela China no que tange à sua segurança energética ou, de um modo mais amplo, à garantia de suprimento de matérias-primas que permita a continuidade de seu projeto de desenvolvimento, tem sido oferecer benefícios como financiamentos de longo prazo e baixo custo e assistência técnica, em troca da garantia de fornecimento. Esta garantia é buscada por meio de contratos comerciais de longo prazo ou de investimentos diretos na exploração e produção, muitas vezes realizados sob a forma de *joint ventures* com firmas locais, principalmente em países que despertam pouco interesse no Ocidente (ALVES, 2010, p.29).

Com a explicação de Alves, percebe-se que a China apesar de usar o discurso de solidariedade com os países africanos, ela tem seus interesses por detrás do discurso. A potência asiática sempre engajou em na sua política externa com líderes africanos como forma de buscar votos contra a emancipação do Taiwan e para fortalecer a sua segurança econômica em busca de matérias primas (PAYNE e VENEY, 2001; LARGE e CHIEN, 2008; RICH, 2009; GRIMM et al.,2014).

Também vale ressaltar que, entre os anos 1970 e 1975, segundo, Timóteo Saba

⁶ Conferência de Bandung, foi uma reunião de 29 países asiáticos e africanos, entre 18 e 24 de abril de 1955, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global, visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

M´Bunde (2018) o Partido Comunista Chinês concedeu empréstimo de US\$ 405 milhões sem juros, além da mão de obra de 50 mil trabalhadores para a construção de 1.860 km de ferrovia que liga o então capital tanzaniana, Dar es Salaam, à província de Copperbelt, em Tanzânia. Com os dados apresentados pelo autor, nos faz refletir, sobre as críticas contra a política externa da China no continente africano, na maioria vinda do Ocidente. É interessante dizer que apesar de existir uma enorme interpretação do Ocidente, principalmente dos seus políticos e acadêmicos contra a expansão da China na África, os líderes africanos continuam olhando a China como uma parceira econômica de grande importância e que respeita a soberania dos seus países.

Segundo Maru⁷ no seu texto intitulado “*Why Africa loves China*” publicado em janeiro de 2019 no grande canal televisivo árabe, *Aljazeera*. Neste texto, o autor mostra que ao contrário do argumento do ocidente, os líderes africanos não se vêem como vítimas da cooperação chinesa. No Fórum de setembro de 2018, sobre a cooperação China-África (FOCAC) que teve lugar em Pequim, o Paul Kagame, presidente do Ruanda, também presidente em exercício da União Africana na altura, elogiou a estratégia chinesa de ajuda e investimento na África como fonte de “profunda transformação”, afirmando que a cooperação chinesa se alinha no respeito mútuo e com benefícios de ambos os parceiros.

Segundo Maru (2019),

Apesar da existência da confiança dos líderes africanos à China como um parceiro importante, há uma visão de que Pequim é um ator “predatório” na África, com o objetivo de recolonizar o continente e essa visão é onipresente nos círculos da política externa, nas narrativas da mídia, na academia e em grande parte do ocidente.

Com isso, vale ressaltar que a relação China-África, segundo Maru (2019), está sendo interpretada dois movimentos diametralmente opostos: sino-fóbico e pró-China. A percepção “*sino-fóbica*” é defendida principalmente no ocidente que caracteriza a China como o novo colonizador do continente africano, tendo o exemplo do conselheiro de segurança nacional dos EUA, John Bolton³⁸ que em dezembro de 2018 acusou a China, afirmando que “o país asiático usa subornos, acordos opacos e o uso estratégico da dívida para manter os Estados da África

⁷ Mehari Taddele Maru é especialista em questões de paz e segurança, direito e governança e direitos humanos e migração. Ver o artigo completo no: <https://www.nytimes.com/search?query=https%3A%2F%2Fwww.nytimes.com%2F2018%2F12%2F13%2Fus%2Fpolitics%2Fjohn-bolton-africa-china.html>.

⁸ Ver o discurso completo de John Bolton contra a política chinesa na África no: <https://www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html>.

cativos aos desejos e demandas de Pequim”. Para Bolton, as ações predatórias são subcomponentes de iniciativas estratégicas chinesas mais amplas, incluindo o projeto “*One Belt, One Road*”⁹, um projeto para desenvolver uma série de rotas comerciais para promover o domínio global chinês.

Para além dos EUA, o Maru (2019) afirma que outros governantes ocidentais como o Reino Unido e a França, também veem a política chinesa neste continente com preocupação. Para eles, a China é o fator principal de conflitos em países ricos em petróleo, exemplo do Sudão do Sul e o Sudão, e um defensor de déspotas no Gabão. Além demais, segundo autor, os países europeus enxergam a China como um faminto por recursos e energia, explorador de governos corruptos e incompetentes, um oportunista comercial e um poluidor maciço do meio ambiente africano. Na mesma linha do argumento, Zheng (2010; p.271) ressalta que,

o recente envolvimento econômico e político da China na África colocou suas relações bilaterais sob um amplo escrutínio. Alguns no Ocidente argumentam que a China está tentando colonizar a África e repetindo o que os colonos ocidentais fizeram séculos atrás, enquanto outros afirmam que o envolvimento da China com os países africanos é estritamente um negócio que ajudará a China a obter os minerais e o petróleo de que precisa para alimentar sua economia em crescimento sem intervenção na soberania interna da África.

O movimento pró-China, segundo Maru (2019), de acordo com os proponentes dessa narrativa de grande maioria dos líderes africanos, a China é um salvador, um parceiro confiável da África. Os líderes africanos veem a China, um país sem histórico de aspirações coloniais na África, como um parceiro que poderia fornecer o financiamento mensário sem quaisquer restrições. Os chefes de estados africanos acreditam que a China entende e respeita as prioridades da África. Respeitabilidade de outras culturas e estados, é outro fator importante que faz a China a ganhar o respeito dos líderes africanos. Muitas literaturas acadêmicas que discutem sobre a parceria China-África, para este autor, optam por uma posição *sino-fóbica* e a mídia é a outra principal divulgadora das ideias que a China não passa de um simples ator predatória no continente africano.

Segundo Hanauer e Morris no artigo publicado em 2014 intitulado *China in Africa: Implications of a Deepening Relationship* no *RAND Corporation*, ressaltam que:

⁹ A Nova Roda da Seda ou One Belt One Road foi anunciada pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013. O projeto abarca duas rotas: a primeira, terrestre que vai conectando a Ásia Central, Oriente Médio, Rússia, Europa e o território da Eurásia. A segunda, marítima que vai conectar os portos chineses no sudeste asiático com países da Costa Africana através do Oceano Índico, do Canal de Suez até o Mediterrâneo.
Fonte: Ricardo Lopes Kotz (2016).

[...] Muitos líderes africanos acreditam que, como um país em desenvolvimento, a China tem motivos mais altruístas do que os governos e corporações ocidentais. Os líderes africanos elogiam as contribuições da China à infraestrutura de suas nações, destacando melhorias visíveis que contribuem para a expansão da atividade econômica, criação de empregos para os trabalhadores locais e melhorias tangíveis em estradas, ferrovias, pontes e outras redes de transporte [...].

Nesta mesma linha de pensamento, Chris Alden (2015, p.153) afirma que:

Os interesses da África na China complementam grande parte da agenda promovida pelo Beijing. As elites governamentais e empresariais na África veem novas oportunidades na China: oportunidades de comércio e investimento, maneiras de reforçar a estabilidade do regime e parcerias estrategicamente significativas.

Segundo Stuenkel (2018), analistas ocidentais, entretanto, continuam a ver as estratégias ocidentais de *soft power* como mais genuínas e honestas do que as de regimes não ocidentais e não democráticos, como a China. Para este autor, a maioria dos analistas ocidentais considera o comportamento da China (ou de qualquer potência emergente) na África desumano e amplamente egoísta.

Portanto, no diz respeito ao vasto crescimento econômico chinês, para Oliver Stuenkel,

Nas décadas vindouras, a predominância econômica da China pode, assim, permitir que ela rivalize com os Estados Unidos não só em termos militares, mas também na capacidade de atuar como definidora de agenda e administradora global, em parte através das novas instituições [...] que ajudam a China a institucionalizar e legitimar sua influência crescente (STUENKEL, 2018, p. 108).

Com a citação acima, percebe-se, portanto, que em próximas décadas os Estados Unidos não serão mais definidores ou administradores de agenda global devido ao grande crescimento econômico e militar da China. Ou em outras palavras, a China está a cada vez se tornando grande ameaça para ocidente principalmente os Estados Unidos devido ao seu rápido crescimento econômico.

Finalmente, é importante notar que no que diz respeito às relações econômicas para o desenvolvimento com o continente africano, a China tem aplicado a política de *oil for infrastructure*¹⁰, na cooperação com os países produtores do petróleo, o Sudão, Nigéria e Angola, seus maiores fornecedores de petróleo no continente africano. Isso, quer dizer que a cooperação chinesa com esses países africanos se baseia nos interesses mútuos, isto é, a China

¹⁰ Para saber mais sobre a política do *oil for infrastructure* ver: (BRAUTIGAM, 2009; RYSDYK, 2010; AIDOO, 2017).

construindo as infraestruturas em troca de exploração de blocos de petróleo desses países. Para Rysdyk (2010), entre 1999 e 2007 o presidente nigeriano Olusegun Obasanjo aplicava a estratégia política do *Oil for infrastructure* para negociar com setor petrolífero ou multinacionais chineses. Segundo este autor, essa estratégia política previa descontos nos contratos para a exploração dos blocos petrolíferos das empresas chinesas e em troca, a China assumia em investir nos projetos de infraestrutura (construção, telecomunicação, transporte, energia, entre outros) desse país africano. E a relação mantida com os países como a Guiné-Bissau, em que não há ainda de fato exploração do petróleo, segundo M'bunde (2018), tende a não se basear na mesma estratégia de *oil for infrastructure*, mas sim em troca de outros recursos *for infrastructures*, como a exploração de madeira ou peixe.

4 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A CHINA E GUINÉ-BISSAU: RELAÇÕES ECONÔMICAS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

A República Popular da China iniciou as relações diplomáticas com a República da Guiné-Bissau em 1973, ano em que esse país lusófono africano tomou a sua independência do colonizador português. Mas, como explicado na introdução, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros na década de 1960. Isso mostra que, nesse período, as aproximações entre o PAIGC ao PCC tinham como foco a ajuda política e ideológica, para expulsar os portugueses desse país lusófono da África Ocidental.

Com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, marcou o início histórico do processo de revitalização e fortalecimento da relação sino-africana. Segundo Lopes et al. (2013), o primeiro encontro do Fórum pautou-se nos esforços para a formação de um novo tipo e nível de parceria, caracterizando o FOCAC como a principal plataforma ao diálogo e coordenação China-África. Os discursos e documentos oficiais destacam que esse fortalecimento de relações representou a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, a confiança recíproca, na cooperação econômica *win-win* (ganho-ganho) e no intercâmbio cultural.

Com isso, pode-se afirmar que, o processo de reaproximação do continente africano com a República Popular da China por meio do FOCAC baseou-se em aumentos na corrente

comercial, no volume de investimentos e na provisão de recursos de ajuda por parte da China (LOPES, et al. 2013). Ainda continua afirmando, Lopes et al. (2013), com os ganhos econômicos, as oportunidades oferecidas e o tratamento diplomático não intervencionista, a parceria com o gigante asiático tornou-se cada vez mais importante para muitos líderes dos países africanos.

Ao longo de todo o processo histórico da cooperação com Guiné-Bissau, a China priorizou a área de obras e infraestruturas na sua agenda. A relação bilateral entre China e Guiné-Bissau tem se fortalecido mais no setor de infraestrutura e obras pois a Guiné-Bissau precisava e ainda precisa de espaços e financiamento para ajudar na administração do país. Com isso, nota-se que, a construção de infraestruturas para o desenvolvimento é a chave motor desse país asiático na Guiné-Bissau. Na década de 80, período que pode ser entendido como segundo momento histórico da política externa chinesa para a Guiné-Bissau, a China construiu o hospital regional de Canchungo e o estádio nacional 24 de setembro. Portanto, o quadro 2 vai explicar de forma resumida o engajamento na construção de infraestruturas e obras da China na Guiné-Bissau e no quadro 3 vai trazer os dados por toneladas do pescado das empresas chinesa no mar da Guiné-Bissau entre 2010 e 2015.

Quadro 4 - Relação de Infraestruturas e Obras Realizadas pelo Governo de Pequim na Guiné-Bissau, entre 1987 e 2012

Projetos	Realização/ Financiador	Beneficiário	Ano de construção	Montant e (US\$ mil hões)
Estádio Nacional 24 de setembro	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1987	—
Hospital regional de Canchungo	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1980	—
Onze edifícios para ex-combatentes	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	—
Residências para oficiais das Forças Armadas	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	—
Edifício da Assembleia Nacional Popular	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2001	—

Escola de Amizade Sino-Guineense (Escola Nacional de Saúde)	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2008	15
Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar)	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2009	12
Palácio do Governo	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2010	25
Reabilitação do Palácio da República	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	7,5
Reabilitação de Estádio Nacional 24 de Setembro	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	15
Instituto Nacional de Saúde	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2013	10

Fonte: M'BUNDE (2018, p. 143-144). Fontes originais: Direção-Geral de Habitação e Urbanismo do Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo da Guiné-Bissau, 2014; Sá et al., 2009; Embaixada da República Popular da China na República da Guiné-Bissau.

Quadro 5 - Total de produção/Capturas na ZEE da Guiné-Bissau por Espécie/tio em toneladas entre os anos 2010 e 2015 pela China

Anos	Total de camarão	Total de cefalópodes	Total de peixes demersais/pelágicos	Total geral de captura anual
2010	3.043,6	3.744.686	4.886,0	11.674,4
2011	_____	3.224,7	10.986,1	14.210,8
2012	_____	7.613,6	10.433,3	18.046,9
2013	_____	464,5	13.090,2	13.554,1
2014	_____	661.967	6.132.708	7.695
2015	_____	7.647,85	32.835,83	40.483,68

Fonte: CAMBANCO (2019, p.99). Fonte original: Centro de Investigação Pesqueira Aplicada.

Vale ressaltar que os quadros 4 e 5, apesar de terem dados em valores diferentes (dólar e tonelada) que os tornam difíceis de serem comparados, eles servem como ilustrações para nos trazer uma visão geral da magnitude da relação econômica existente entre a China e Guiné-Bissau.

Sobre infraestrutura, segundo uma matéria publicada no *Jornal O democrata* no dia 29

de julho de 2018, mostra que o Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar Principal) tem ajudado muito no combate contra os problemas digestivos da população através dos aparelhos (vídeo-endoscópio) doados pelo governo chinês. De 2000 a 2018, o governo do Pequim, através de cooperação bilateral com o governo guineense, investiu um valor estimado em 770 milhões de Franco CFA em equipamentos sanitários e medicamentos no Hospital de Amizade Sino-Guineense.

Portanto, vale ressaltar que tanto Hospital de Amizade Sino-Guineense como Instituto Nacional de Saúde, obras construídas pelo governo chinês, estão desempenhando um papel importantíssimo e principalmente neste momento da pandemia do Covid-19. Apesar de ser notável o avanço do investimento chinês no setor de obras e infraestruturas nesse país da África Ocidental, o país asiático além de cooperação na área de infraestrutura, mantém cooperações em outras áreas como na exploração de recursos florestais (madeira), exploração de recursos pesqueiros e outros tipos de recursos naturais, (M´BUNDE, 2018; CMBANCO, 2019).

O gigante crescimento econômico da China nos últimos 40 anos evidencia a capacidade desse grande país asiático de se estabelecer como um fundamental *player* no mundo contemporâneo. Tal crescimento econômico, segundo Lima et al. (2016), possibilitou a China aumentar a sua influência na Ásia, mas também em escala mundial.

Com isso, vale ressaltar que a cooperação sino-guineense também é caracterizada por movimentos financeiros. Para M´bunde (2018, p.149), tradicionalmente, o país asiático concede somas financeiras ao governo guineense, que geralmente são compensadas por aquisição de licenças de exploração de recursos naturais guineenses pelo Partido Comunista Chinês (PCC). De acordo com Timóteo Saba M´bunde, a China participa ativamente no financiamento da realização de eleições na Guiné-Bissau. Ou por outras palavras, a China, em favor da expansão da sua política externa, sempre está pronta em financiar o Governo da Guiné-Bissau, assim que for solicitada. Como exemplo, temos os 615 mil euros, segundo Sá et al. (2009) dispendido pelo Governo chinês, em 2005, para apoiar o país lusófono quando foi anfitriã da 6ª cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Por outro lado, vale ressaltar que um dos principais projetos da política externa chinesa na atualidade é a construção de uma Nova Rota da Seda (chamada *de One Belt, One Road*), que ligará a China à Europa e à África por vias terrestres e marítimas, passando, conseqüentemente, por vários países da Ásia Central e Oriente Médio (LIMA et al. 2016). Hoje o maior interesse da China é democratizar o comércio internacional, e isso é o motivo principal do governo de

Pequim de criar o projeto acima citado, e a maneira com a qual o gigante asiático pretende lidar com os outros atores na implementação e realização do mesmo, o que é diferente no mínimo da maneira que o atual *hegemon*, os Estados Unidos da América, lida com essa questão.

A África tem um lugar significativo no grande projeto Chinês devido seu vasto mercado para abastecimento de produtos vindos da China. O Egito particularmente servirá um papel fundamental na conexão do sonho da Nova Rota da Seda com o continente africano, dividido o Canal de Suez, a principal via marítima entre o Oceano Índico e o Oceano Mediterrâneo. O Djibuti também terá um papel importante através da sua localização estratégica, localizada entre Mar Vermelho e o Golfo do Adem. Para Pautasso (2016, p.127), em visita ao Egito em janeiro de 2016, o presidente chinês “Xi Jinping incentivou as empresas chinesas a participarem de grandes projetos no país, como o desenvolvimento do Novo Canal de Suez e a construção de uma nova capital administrativa fora do Cairo.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto analisou como tem sido as relações econômicas e comerciais entre a China e o continente africano, especificamente se a China tem contribuído com o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau a partir da área de infraestrutura. No geral percebeu-se que a relação entre a República Popular da China e o Continente Africano começou a partir da década de 1950 quando os países africanos iniciaram o processo de descolonização e no caso específico da Guiné-Bissau, a relação se deu na década de 1960, este país recebia apoio bélico da China para expulsão dos colonizadores portugueses. Com a independência do país africano em 1973, a sua relação com o país asiático já não é mais política, mas sim, econômica e comercial com foco maior no setor da infraestrutura tendo em conta a grande falta que o país tem.

As relações econômicas e comerciais com a China têm contribuído positivamente para o desenvolvimento econômico do continente africano e em especialmente da Guiné-Bissau a partir do setor de obras e de infraestrutura, lembrando que depois da independência desse país lusófono ele necessitava e ainda necessita de edifícios e casas administrativas para fazer funcionar suas instituições e essas relações têm se ampliado e ganhado dinâmicas importantes. Também, observou-se os interesses do país asiático nos recursos naturais, como petróleo,

madeira e no setor pesqueiro do continente, mas não só, a China também vê a África como um gigante mercado para sua exportação e no âmbito político, os países africanos são aliados importantes para China garantir votos contra emancipação de Taiwan.

A partir da análise feita com base na teoria sistema-mundo, ficou claro que a China com sua alta tecnológica, força militar e sendo segundo econômica mundial, não pode mais ser caracterizado ou classificado como um país semiperiférico, mas sim, como um país central com o poder de mudar o destino da economia global. Portanto, a relação sino-africana e em particular a sino-guineense, pode ser entendida como uma relação de dependência, isto, porque o continente africano é um grande produtor de matérias primas e a China uma gigante de tecnologias avançadas enviadas para este continente para exploração de recursos minerais. Contudo, é importante sublinhar que, a relação sino-africana baseia-se em respeito mútuo e não intervenção nos assuntos internos dos Estados, diferente do modelo ocidental que intervê nos assuntos internos, não respeitando soberania e mantendo uma relação desigual com os países africanos.

Vale ressaltar que este trabalho não pretendeu fazer uma análise mais aprofundada sobre o tema. Portanto, dada à sua importância, torna-se necessário o desenvolvimento de outros trabalhos sobre relações China e países africanos em vários âmbitos de cooperação e seus efeitos na vida de população a partir de pesquisas empíricas introduzindo conceitos como democracia e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- AIDOO, R. *et al.* 2017. Footprints of the Dragon: China's Oil Diplomacy and its Impacts on Sustainable Development Policy in Ecuador and Ghana. **International Development Policy | Revue internationale de politique de développement**. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/poldev/2408>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- ALDEN, C. China in Africa. 2005. **Survival**, v. 47, n. 3, p. 147–164.
_____; ALVES, C. 2008. History & Identity in the Construction of China's Africa Policy. **Review of African Political Economy**, v. 35, n. 115, p. 43–58.
- BARBOSA, M. P. *et al.* 2016. NOVA ROTA DA SEDA E A ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA. **NEARI EM REVISTA**, v. 2, n. 2. Disponível em: <<http://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/388>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- BRAUTIGAM, D. 2009. **The dragon's gift: the real story of China in Africa**. Oxford [England]; New York: Oxford University Press.

_____. 2013. Chinese Development Aid in Africa: What, where, why, and how much?.

Disponível em:

<<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/33635/459495.pdf?sequence=1#page=227>>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRAUTIGAM, D.; HWANG, J. 2019. CHINA-AFRICA LOAN DATABASE RESEARCH GUIDEBOOK. Disponível em:

<<https://static1.squarespace.com/static/5652847de4b033f56d2bdc29/t/5efd04572cbaa4329d32be1e/1593640026011/SAIS-CARI+Research+Guidebook+2020.07.01.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2020.

CÂMARA, S. 2018. EQUIPA MÉDICA CHINESA DESEMPENHA PAPEL IMPORTANTE NA GUINÉ-BISSAU. **O Democrata GB**. Disponível em:

<<https://www.odemocratagb.com/?p=17801>>. Acesso em: 24 set. 2020.

CAMBANCO, D. F. 2019. COOPERAÇÃO SUL-SUL E SUAS CONTRADIÇÕES: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor de pesca entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau. p. 152.

DATA: CHINESE INVESTMENT IN AFRICA. 2020. **China Africa Research Initiative**.

Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>>. Acesso em: 9 set. 2020.

DI, Z.; DI, Z. 2012. A CLASSE MÉDIA CHINESA E SEUS PADRÕES DE CONSUMO. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 203–235.

FERNANDO, S. 2007. Chronology of China-Africa Relations. **China Report**, v. 43, n. 3, p. 363–373.

FMI, WORLD ECONOMIC OUTLOOK DATABASE. 2015. Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$ - 2013-2020 – ordem decrescente de 2014). Disponível em:

<<http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

GERÓCS, T. 2019. The transformation of African–Russian economic relations in the multipolar world-system. **Review of African Political Economy**, v. 46, n. 160, p. 317–335.

GIL, A. C. 2008. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: 6. ed. Editora Atlas S.A.

GRIMM, S.; KIM, Y.; ANTHONY, R. 2014. South African relations with China and Taiwan Economic realism and the “One-China” doctrine. Disponível em:

<<https://scholar.sun.ac.za:443/handle/10019.1/98937>>. Acesso em: 14 set. 2020.

HANAUER, L.; MORRIS, L. J. 2014. China in Africa: Implications of a Deepening Relationship. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB9760.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

KOTZ, R. L. 2010. A Nova Rota da Seda: a fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês. Disponível em: http://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503106874_ARQUIVO_ArtigoERABEDSUL-RicardoKOTZ.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LANDLER, M.; WONG, E. 2018. Bolton Outlines a Strategy for Africa That's Really About Countering China. **The New York Times**, United States. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html>>. Acesso em: 9 set. 2020.

LARGE, D.; CHIEN, S.-S. 2008. CHINA RISING IN AFRICA: WHITHER TAIWAN? p. 18.

MARTINS, J. R. 2015. IMMANUEL WALLERSTEIN E O SISTEMA-MUNDO: UMA TEORIA AINDA ATUAL? p. 14.

MARU, M. T. 2019. Why Africa loves China. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/africa-loves-china-190103121552367.html>>. Acesso em: 9 set. 2020.

M'BUNDE, T. S. 2018. **As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma.

MEIDAN, M. 2006. CHINA'S AFRICA POLICY: BUSINESS NOW, POLITICS LATER. *Asian Perspective*, v. 30, n. 4, p. 69–93.

NOGUEIRA, I. 2018. ESTADO E CAPITAL EM UMA CHINA COM CLASSES. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482018000100200&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 set. 2020.

OURIQUES, H. R.; LUI, A. 2012. China e África: Uma parceria estratégica. **BOLETIM MERIDIANO 47**. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34295006/Boletim_Meridiano_47_-_Nov-Dez_2012.pdf?1406393187=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DBoletim_Meridiano_47_Nov_Dez_2012.pdf&Expires=1600943086&Signature=eaOL85onZTASbeKZQnoQ1FaRQy9blQmxPtbsrM1cv6wnvfwDLdrZC-xXi9P02YeR20vsu1RPWa9jewWAKSTZVj6vtG~Kz7jqJ3cOLXREU8qDQxBVIEiulykmeSdD3zTV-aH9nyMogz1x36Z3zcmVC14JP95e077U8IeDEBYJCFwCS4OXoldRwN8-KyXrCSyZkutqc~jWNYkGPa7dk4AH~BjhiobCp6hG-qA4MeGCmxcULPnmmkgBQedFh29ZoZIQZIKDMPPgTL9tqFAWviPOU3cwT1hbbr20PFsqfnzy9khRazIQJf~2DjjD09PJrqqWxg74nppu5SYlwp9KuURPw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=19>. Acesso em: 24 set. 2020.

PAUTASSO, D. 2016. O PAPEL DA ÁFRICA NA NOVA ROTA DA SEDA MARÍTIMA. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 2. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028>>. Acesso em: 24 set. 2020.

RICH, T. S. 2009. Status for Sale: Taiwan and the Competition for Diplomatic Recognition, p. 30.

RYSDYK, J. 2010. A política externa chinesa para a África : uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28769>>. Acesso em: 18 out. 2020.

SÁ, A. J. G. De. 2013. O comércio sino-angolano no esquema centro-periferia: enfoque na questão do petróleo. masterThesis. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11115>>. Acesso em: 18 out. 2020.

SÁ, G. C. De; SALAS, A. 2009. **Macau e as relações económicas China/paises de língua portuguesa: dez anos de crescimento 1999-2009**. Macau: Instituto Internacional de Macau.

STUENKEL, O. 2018. **O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global**. Brasil: Editora Schwarcz - Companhia das Letras.

VADELL, J. A.; LOPES, B.; CARDOSO, D. 2013. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 81–99.

WALLERSTEIN, I. 1999. **Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos**. Buenos Aires: Siglo XXI

ZHENG, L. 2010. Neo-colonialism, ideology or just business?: China's perception of Africa. **Global Media and Communication**, v. 6, n. 3, p. 271–276.

ZHENMING, Z. 2009. China's Economic Aid to CLMV and Its Economic Cooperation with Them. p. 38.